

Caroline Ferreira dos Santos

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Graduada em História
na Unesp/Franca
carolinefsantos@gmail.com

Palavras-chave: História, Brasil, D. Pedro II

Keywords: History, Brazil, D. Pedro II

O leitor habituado às obras de José Murilo de Carvalho, terá a oportunidade de encontrar inovações em sua forma de escrita. Em **D. Pedro II: Ser ou não ser** (2007), o autor livra-se de algumas formalidades acadêmicas, como por exemplo, rebuscados vocabulário e bibliografia. Provavelmente tais inovações foram ocasionadas propositalmente para resultar em uma maior acessibilidade ao público geral, não restringindo a leitura a especialistas em história do Brasil.

José Murilo de Carvalho, em sua nova obra, escolhe dois focos ao se tratar do imperador D. Pedro II: o homem político que governou o Brasil entre os anos de 1840 até 1889; e o cidadão Pedro d'Alcântara de personalidade tímida e com uma vida repleta de dramas e paixões.

O início do segundo reinado deu-se através do “Golpe da Maioridade”, nome dado posteriormente à entrada do imperador na vida pública. Com apenas quatorze anos de idade D. Pedro II assumiu grande responsabilidade, uma vez que o país encontrava-se numa fase internamente turbulenta; além das disputas políticas internas, várias revoltas sociais comprometiam a integridade do país. Externamente não cessavam as pressões para a finalização da escravidão africana.

A sociedade clamava pelo monarca, pois estava aborrecida com o período político anterior. O governo regencial no Brasil foi palco de revoltas e de instabilidade política e econômica. Portanto o novo Imperador tornou-se símbolo de um Estado que, na visão das elites, tinha como tarefas primordiais: conservar a união política do país, manter a unidade das províncias e garantir a ordem monárquica.

Para José Murilo de Carvalho o imperador D. Pedro II foi um monarca ponderado e tímido por natureza de sua personalidade, mas que possuía em suas mãos uma força considerável, advinda do prestígio proporcionado pelo seu cargo político. Embora no arcabouço de sua função fosse isento, pelo poder moderador, de responsabilidades, ficando essas ao encargo dos ministros.

Alguns dos feitos do imperador D. Pedro II e de seus ministérios foram marcantes para a história do país, pois consolidaram a unidade do Brasil e possibilitaram meios para a abolição dos escravos: “O imperador [...] não escondeu sua posição

Enviado em 01 outubro
2007 e aprovado em 28
de fevereiro de 2008

contrária à escravidão”. A ação política de D. Pedro II estava ligada à pressão ocasionada pela política européia que, através de manifestos ao monarca, divulgados na imprensa da época, exigia a libertação dos escravos. Na sociedade brasileira oitocentista, a mentalidade sobre a escravidão mudou; o escravo tornou-se uma nódoa, devendo ser abolido, para que o Brasil alcançasse os padrões europeus de civilização.

O monarca estabeleceu bases para o início de um sistema representativo devido principalmente aos traços liberais de sua política em relação à imprensa. Para José Murilo de Carvalho a explicação sobre a liberdade de imprensa é resultante do “fato de considerar a imprensa, ao lado da tribuna, as duas principais fontes de informação para o governante”, porém cabe ressaltar que a imprensa seria um meio de comunicação entre o governo monárquico e a elite, pois o Brasil possuía uma pequena massa de letrados, geralmente provenientes das altas camadas sociais.

Durante toda sua vida o monarca brasileiro conseguiu conciliar o traço de sua personalidade com a arte da política, entretanto na vida pessoal Pedro d’Alcântara não foi tão bem sucedida. Sua história pessoal foi marcada por várias tragédias, tornando-se ainda cedo, segundo José Murilo de Carvalho, um “órfão da nação brasileira”.

Durante grande parte de sua vida, Pedro d’Alcântara foi educado rigidamente por seus tutores e mestres, para que afastasse ao máximo sua conduta das características pessoais de seu pai, D. Pedro I, que foi “um homem movido por suas paixões”. Entretanto como observa o autor, ao longo da vida de D. Pedro II pode-se observar que as diferenças entre pai e filho eram mais de conteúdo que realmente de forma, principalmente quando o assunto em foco é a vida extraconjugal.

Logo após assumir o poder moderador no Brasil, houve apreensão (verificar regência) em arranjar o mais rápido possível uma esposa para o imperador a fim de dar continuidade à linha sucessória. Segundo Carvalho, essa foi sua grande frustração pessoal, uma vez que em 1843, o monarca contrai casamento com Teresa Cristina, herdeira do trono das Duas Sicílias. Antes de esposar Teresa por meio de uma procuração, mandam-no um quadro com o retrato de sua futura esposa, que por sinal era muito diferente da realidade, o que explica a grande decepção do jovem soberano ao conhecê-la e a frustração de sua vida conjugal.

Casou-se e garantiu a dinastia, embora a paternidade trouxesse desapontamento porque todos os filhos faleceram, “confirmando a lenda de que os primogênitos dos Braganças não sobreviviam”. As filhas Isabel e Leopoldina resistiram e como a tradição real herdada de Portugal não proibia a ascensão de mulheres ao trono imperial, a “sucessão estava garantida”. Portanto D. Pedro II havia cumprido seu papel de imperador e de homem, conforme a obrigação exigida pelo protocolo de seu estado político, mas não deixou que a parte burocrática comandasse seu espírito: possuiu uma vida pessoal cheia de paixões ocultas.

A vida conjugal foi mantida pela “simplicidade e dedicação à esposa”, mas o amor de Pedro d’Alcântara não foi reservado à sua senhora. Na vida do monarca havia outras mulheres, como demonstram as correspondências trocadas entre ele e suas amantes. Mas dentre elas havia sua preferida: a tutora de suas filhas, a condessa de Barral, certamente foi sua amada. Mulher culta, educada, refinada e inteligente, Barral fascinou ao imperador por seus tributos, indo além de mera atração física.

Embora tivesse uma vida extraconjugal D. Pedro II, era obrigado a seguir os rituais de um imperador, incluindo a discrição sobre sua vida particular. Mas nem por isso restringiu seus amores de um cidadão comum, permaneceu cerca de nove anos com sua amante, a condessa de Barral.

Outra forma do monarca esquecer as pompas do poder político e se realizar pessoalmente foi o amor à leitura e as viagens para a Europa. Pedro fez várias viagens durante seu reinado, deixando-o informado sobre as novas descobertas, novas tendências européias. Era acima de

tudo um homem culto que procurou incessantemente incorporar esse seu amor pelas leituras e pela ciência ao país que governou.

Na obra “**D. Pedro II: Ser ou não ser**” a vida do imperador brasileiro era dividida: de um lado, há a figura de um político liberal, que sempre expressou sua simpatia pelo regime republicano de governo, que mostrava fascínio em suas decisões políticas sempre ligadas ao bem comum e que aceitava abertamente a crítica ao seu governo; o outro lado era Pedro d’Alcântara, a parte pessoal, que sempre deixou claro em seus diários não suportar as pompas do poder, o que de certo modo, aos olhos dos viajantes da época, tirava a legitimidade do poder moderador no Brasil, devido à grande simplicidade dos palácios e as poucas festas ocorridas no Império.

Apesar das diferentes atitudes que podemos perceber entre a vida política e pessoal do monarca brasileiro há sem dúvidas um ponto de confluência entre os dois Pedros: a paixão pelo país, que possibilitou a dedicação metódica e persistente na arte de governar durante quase meio século o Brasil.

Ao leitor comum será facilmente concebida a exaltação da figura de D. Pedro II, na obra de José Murilo de Carvalho, mas há controvérsias na literatura acadêmica. Como o autor Nelson Werneck Sodré em sua obra “**Panorama do Segundo Império**” (1998), exibe a idéia de que D. Pedro II escondia-se atrás de sua timidez, a fim de que caísse sobre o ministério a resolução de graves problemas. Para Sodré o monarca havia se pronunciado fervorosamente apenas a favor da abolição da escravidão devido principalmente aos apelos estrangeiros para o fim da exploração do negro escravo.

Portanto, a leitura da obra em questão, deve ser realizada com uma certa “desconfiança” pelo leitor, que não deverá aceitar pacificamente a visão do autor sem críticas suficientemente fundamentadas. Aos interessados no assunto o que não irá faltar é uma vasta bibliografia no que diz respeito à vida política e social do império sobre o comando de D. Pedro II.